

Ata nº. 13/2015

No dia dez do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luís Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo da Silva Teixeira, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, João Fernando da Costa Morgado, Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da Ordem do Dia -----

a) Entrega das Bolsas de Estudo -----

b) Informações -----

Animação de Natal -----

c) Intervenção do público -----

Ordem do Dia -----

Ponto um – Deliberação sobre as tolerâncias de ponto na quadra natalícia; -----

Ponto dois – Deliberação sobre o congelamento de taxas para 2016; -----

Ponto três – Discussão e votação de: -----

3.1. – Mapa de Pessoal para 2016; -----

3.2. – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2016; -----

Ponto quatro – Prorrogação do Prazo para entrega, por parte das Associações, das candidaturas aos Apoios em 2016; -----

Ponto cinco – Ratificação da deliberação de redução do horário dos trabalhadores para as 35 horas; -----

Ponto seis – Deliberação sobre o Contrato a estabelecer coma Natural life; -----

Ponto sete - Intervenção dos Elementos do Executivo; -----

Ponto oito - Expediente. -----

O Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes na sala e começou a reunião por, juntamente com os restantes membros do Executivo, proceder à entrega das Bolsas de Estudo aos alunos que se destacaram pelas boas notas no ano letivo anterior. -----

Posteriormente, prestou também informações no âmbito das atividades "Ermesinde Festeja o Natal", "Festa do Chocolate" e corrida de S. Silvestre. -----

Terminadas as informações, foi dada entrada na Ordem de Trabalhos, com a retirada do ponto um e consequente renumeração dos restantes pontos. -----

Ponto um – Deliberação sobre as tolerâncias de ponto na quadra natalícia; -----

O Sr. Presidente propôs ser dada tolerância de ponto no dia 24 e dia 31 de dezembro aos funcionários do Cemitério e da Loja Social e nos dias 26 de dezembro e 2 de janeiro aos funcionários do mercado e feira, o que foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto dois – Deliberação sobre o congelamento de taxas para 2016; -----

Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto três – Discussão e votação de: -----

3.1. – Mapa de Pessoal para 2016; -----

O Sr. Presidente apresentou o quadro de Pessoal previsto para 2016, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

3.2. – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2016; -----

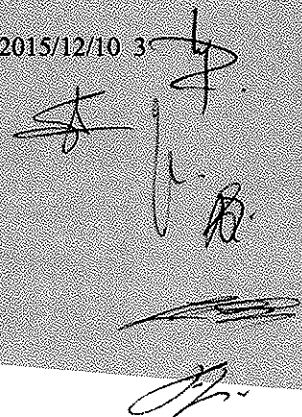
Colocado à discussão o Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2016, o Vogal Adelino Soares refere que o Plano de Atividades se mantém igual ao do ano anterior e que em relação ao Crematório não há qualquer avanço no procedimento. Questiona porque é que não é elaborado um protocolo com a Câmara Municipal no sentido de se agilizar o começo da elaboração do Crematório. Diz também que o Dia Internacional da Mulher tem mais visibilidade do que a noite dos Bombos. Conclui dizendo que lamenta que o Conselho da Cidade se mantenha sem reunir. -----

Este ponto foi aprovado com três votos a favor dos eleitos pelo Partido Social Democrata, três abstenções dos eleitos pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária e um voto contra da eleita pelo Bloco de Esquerda, Carla Celeste, que apresentou uma declaração de voto, a qual faz parte integrante desta Ata (Anexo 1). -----

Ponto quatro - Prorrogação do Prazo para entrega, por parte das Associações, das candidaturas aos Apoios em 2016; -----

Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

A Vogal Carla Sousa considerou que a forma e os critérios para a atribuição de subsídios deveria ser revista pelo que sugeriu que a comissão responsável pelo tema reunisse. -----



Ponto cinco – Ratificação da deliberação da Redução de horário dos trabalhadores para 35 horas -----

Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto seis – Deliberação sobre o Contrato a estabelecer com a Natural Life -----

Neste ponto o Sr. Presidente esclarece que o presente contrato tem como objetivo a recolha da cera das velas nos cemitérios mediante um determinado preço a receber pela Junta de Freguesia. -----

Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto sete – Intervenção dos Elementos do Executivo; -----

O Sr. Presidente e os restantes Elementos do Executivo eleitos pelos vários partidos fizeram uma tomada de posição, aprovada por unanimidade, manifestando-se contra a reintrodução de portagens na A4. (Anexo 2).

A este propósito a Vogal Carla Sousa apresentou uma tomada de posição que fica apensa à presente Ata (Anexo 3), bem como os vogais João Morgado e Esmeralda Carvalho (Anexo 4) . -----

Foi solicitada, novamente, pela Vogal Carla Sousa, cópia do protocolo assinado com a Associação Sójovem. Questionou, também, o Senhor Presidente sobre a data em que supostamente terá sido ratificada pelo órgão executivo, a atribuição das Bolsas de estudo. -----

Em seguida o Senhor Presidente prestou esclarecimentos relativamente às competências delegadas. -----

Ponto oito - Expediente. -----

Averbamentos -----

Cemitério nº. 1 -----

Foi apresentado por Fernanda Felícia Rodrigues Martins da Silva, residente na Rua Alfredo Keil, nº 571 – 10º A, no Porto, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 0620, do qual foi Primeiro Instituidor Maria Ferreira da Silva, da parte pertencente a Gracinda Domingas Rodrigues Pinto Monteiro. Para o efeito foi apresentado o Comprovativo de Participação de Transmissões Gratuitas (Modelo 1) e o Anexo 1 (Relação de Bens), apresentados na Repartição de Finanças do Concelho de Matosinhos, onde consta que Gracinda Domingas Rodrigues Pinto Monteiro faleceu no dia 24/08/2009, no estado civil de viúva, sem ter feito testamento ou disposição de última vontade, tendo deixado como sua única herdeira, sua filha Fernanda

Felicia Rodrigues Martins da Silva. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte a pertencer à herdeira acima mencionada.-----

Foi apresentado por Maria da Glória Oliveira Ferreira Raimundo, residente na Rua Padre Avelino Assunção, nº. 191, em Ermesinde, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 1210, do qual foi Primeiro Instituidor José Ferreira Raimundo. Para o efeito foi apresentado o Termo de Declaração e a Relação de Bens, apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo e o Testamento, onde consta que José Ferreira Raimundo faleceu no dia 06/11/1982, no estado civil de casado, tendo deixado como seus únicos herdeiros, sua esposa Maria da Glória Oliveira Ferreira Raimundo e suas filhas Maria da Conceição Moreira Raimundo Neves, Maria Alice Moreira Raimundo Ramos e Maria Isabel Moreira Raimundo. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte a pertencer aos herdeiros acima mencionados.-----

Foi apresentado por Maria Isabel Alves Lopes Ramos, residente na Travessa São Lourenço, nº 44, em Ermesinde, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 1608, do qual foi Primeiro Instituidor Carlos Lopes Ramos, da parte pertencente a Armando Monteiro. Para o efeito foi apresentado o Comprovativo de Participação de Transmissões Gratuitas (Modelo 1) e o Anexo 1 (Relação de Bens), apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo, onde consta que Armando Monteiro faleceu no dia 03/02/2010, no estado civil de casado, tendo deixado como suas únicas herdeiras, sua esposa Maria Isabel Alves Lopes Ramos e sua filha Isabel Maria Alves Monteiro. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer às herdeiras acima mencionadas.-

Foi apresentado por Zulmira Fernandes da Silva, residente na Rua de Baguim, nº 709, em Alfena, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 1205, do qual foi Primeiro Instituidor Joaquim Fernandes, da parte pertencente a José Fernando Moutinho. Para o efeito foram entregues o Termo de Declaração e a Habilitação de Herdeiros, apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo, onde consta que José Fernando Moutinho faleceu no dia 07/06/1993, no estado civil de casado, tendo deixado como seus únicos herdeiros sua esposa Zulmira Fernandes da Silva e seus filhos Joaquim Fernando da Silva Coutinho e Sandra Isabel da Silva Coutinho Castro. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer aos herdeiros acima mencionados.-----

Foi apresentado por Zulmira Fernandes da Silva, residente na Rua de Baguim, nº 709, em Alfena, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 0723, do qual foram Primeiros Instituidores Albina da Silva Ramalho e Domingos Moutinho Searo, da parte pertencente a José Fernando Moutinho. Para o efeito foram entregues o Termo de Declaração e a Habilitação de Herdeiros, apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo, onde consta que José Fernando Moutinho faleceu no dia 07/06/1993, no estado civil de casado, tendo deixado como seus únicos herdeiros sua esposa Zulmira Fernandes da Silva e seus filhos Joaquim Fernando da Silva Moutinho e Sandra Isabel da Silva Coutinho Castro. Analisados os

documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer aos herdeiros acima mencionados.-----

Foi apresentado por Fernando Marques Pereira da Silva, residente na Rua São Miguel, nº 109, na Maia, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 1718, do qual foi Primeira Instituidora Rosa Marques dos Reis, da parte pertencente a Lucinda Marques de Ascensão. Para o efeito foram entregues o Comprovativo de Participação de Transmissões Gratuitas (Modelo 1) e o Anexo 1 (Relação de Bens), apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo, onde consta que Lucinda Marques de Ascensão faleceu no dia 25/05/2014, no estado civil de viúva, tendo deixado como seus únicos herdeiros seus filhos Fernando Marques Pereira da Silva, Abílio Marques Pereira da Silva, Maria da Conceição Marques Pereira da Silva e Maria José Marques Pereira da Silva. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer aos herdeiros acima mencionados.-----

Foi apresentado por Isabel Maria Fernandes de Sá Pereira Campos, residente na Rua Pedro Hispano, nº. 1122, no Porto, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº. 1820, do qual foi Primeiro Instituidor Jerónimo Fernandes de Barros, da parte pertencente a Henrique Gregório Pereira. Para o efeito foram entregues a Habilitação de Herdeiros e o Testamento, onde consta que Henrique Gregório Pereira faleceu no dia 11/07/2005, no estado civil de viúvo, tendo deixado como seu único herdeiro, por testamento, seu irmão Carlos Augusto Pereira. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer ao herdeiro acima mencionado.-----

Foi apresentado por Maria Alberta Pereira, residente na Rua Professor Sebastião Pereira, nº 12, em Ermesinde, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 1820, do qual foi Primeiro Instituidor Jerónimo Fernandes de Barros, da parte pertencente a Maria Branca Pereira. Para o efeito foram entregues a Habilitação de Herdeiros e o Testamento, onde consta que Maria Branca Pereira faleceu no dia 6/3/2000, no estado civil de solteira, tendo deixado como suas únicas herdeiras, por testamento, suas irmãs Júlia Josefina Pereira e Maria Alberta Pereira. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer às herdeiras acima mencionadas.-----

Foi apresentado por Maria Alberta Pereira, residente na Rua Professor Sebastião Pereira, nº 12, em Ermesinde, um requerimento solicitando o averbamento do Jazigo nº 1820, do qual foi Primeiro Instituidor Jerónimo Fernandes de Barros, da parte pertencente a Júlia Josefina Pereira. Para o efeito foram entregues a Habilitação de Herdeiros e o Testamento, onde consta que Júlia Josefina Pereira faleceu no dia 11/7/2005, no estado civil de solteira, tendo deixado como sua única herdeira, por testamento, sua irmã Maria Alberta Pereira. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer à herdeira acima mencionada.-----

Cemitério nº. 2 -----

Foi apresentado por Maria de Fátima Carvalho da Silva, residente na Rua José Domingos da Costa, nº 182 – 1º, na Maia, um requerimento solicitando o averbamento do Lote nº 59, do qual foram Primeiros Instituidores Maria Fernanda Carvalho da Silva Teixeira e marido António dos Santos Carneiro e Outros, da parte pertencente a António dos Santos Carneiro. Para o efeito foram entregues o Comprovativo de Participação de Transmissões Gratuitas (Modelo 1) e o Anexo 1 (Relação de Bens), onde consta que António dos Santos Carneiro faleceu no dia 18/11/2004, no estado civil de casado, tendo deixado como suas únicas herdeiras, sua esposa Maria de Fátima Carvalho da Silva e suas filhas Guilhermina Emília Carvalho dos Santos, Maria Fernanda Carvalho dos Santos e Eulália Carvalho dos Santos. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer às herdeiras acima mencionadas.-

Legalização de Transações -----

Conforme se encontra na Ata nº. 12, da reunião realizada no dia quatro de novembro de dois mil e quinze, a Junta deferiu as seguintes transações:-----

Cemitério nº. 1 -----

Jazigo nº 1222, cujo Primeiros Instituidores foram Francisco Fernando da Silva Castro e Maria de Fátima Soares Castro, a favor de Maria Celeste Pereira. Os emolumentos desta transação foram pagos através do Recibo número 20152850. -----

Cemitério nº. 2 -----

Lote nº. 32, cuja Primeira Instituidora foi Antónia das Dores Amorim Malheiro, a favor de Maria de Belém da Silva Ribeiro Olímpio. Os emolumentos desta transação foram pagos através do Recibo número 20152536. -

Construção de Fundações -----

Cemitério 1 -----

Foi apresentado por Maria Odete da Silva Ramalho, residente na Rua Simões Lopes, nº 64, em Ermesinde, um requerimento solicitando autorização para efetuar fundações no Jazigo nº 1221, do qual é Primeiro Instituidor Domingos Ferreira. Para o efeito foi apresentada a Memória Descritiva e Justificativa e a P0lanta

do referido jazigo. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o licenciamento solicitado, tendo pago a respetiva taxa de licença de construção, através do recibo nº20152710.-----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu a reunião por encerrada. -----

A JUNTA

LSDH
João P. L.
Sede
Hen
V. J.
Adelino Soares
António da Silva

DECLARAÇÃO DE VOTO

A generalidade de propostas apresentadas no plano de actividades são réplicas contínuas das constantes nos anos transactos. Não obstante a inclusão de propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda no Plano de Actividades, a verdade é que algumas não se afiguram como exequíveis dada a continuidade de inscrição nas rubricas do orçamento (como exemplo a requalificação do Largo António Moreira da Silva Canório, pela 3ª vez consecutiva neste mandato), outras pecam pelo exagero de investimento (como a aquisição de equipamento informático, pelo 3º ano consecutivo), outras ainda consubstanciam-se apenas em medidas avulsas ao invés de sistemáticas e sistémicas.

E se não oferece dúvidas que o **Plano de Actividades é um** quadro de intenções, a verdade é que também um conjunto de intenções não é suficiente para tornar um plano de acção eficaz, uma vez que algumas das propostas não passam disso mesmo - um conjunto de intenções.

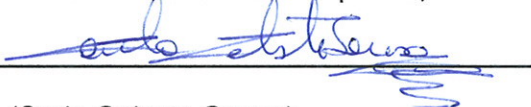
Saliento ainda que, a manutenção de algumas das propostas inclusas nos planos de actividades e orçamentos anteriores, sugerem que os procedimentos a adoptar e os regulamentos que as sustêm sejam os mesmos, propostas essas que o Bloco de Esquerda contestou em sede de reunião do executivo, como são exemplo a descrimação na atribuição das bolsas de estudo.

Tal como o plano de actividades, o plano plurianual de investimento encerra propostas, que se mantém há pelo menos 3 anos consecutivos – o caso das obras de adaptação na capela mortuária. Parece-nos tempo perdido e exagerado, e talvez já extemporânea a criação de condições para a criação de um crematório, sem um estudo prévio de viabilidade económica e financeira, face à existência de outras entidades próximas que aparentemente desenvolvem projectos semelhantes e em fase já bem mais adiantada.

Ideologicamente, não podemos ainda pactuar com o recurso a contratos temporários, e à sua manutenção, por via de protocolos estabelecidos com outras entidades, reflectidas numa das rubricas do orçamento.

Pelo exposto, a representante do Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento 2016, o Plano Plurianual de Investimentos, e o Plano de Actividades na reunião ordinária do executivo, em 10 de dezembro de 2015.

A representante do Bloco de Esquerda,



(Carla Celeste Sousa)

Tomada de Posição

Contra a possibilidade de cobrança de portagens na A4 e na A3, entre Ermesinde, Águas Santas e o Porto

Anexo 2

Tendo sido tornada pública a pretensão de reintrodução de portagens, já no próximo ano, no troço da A4, entre Águas Santas e Ermesinde, e no troço da A4, entre Águas Santas e a Maia, a Junta da Freguesia de Ermesinde, reunida em 10 de dezembro de 2015, vem manifestar a seguinte posição:

Tendo em conta que:

1. As ligações de autoestrada entre Ermesinde e Águas Santas e o Porto são um canal de circulação fundamental entre os concelhos de Valongo e da Maia e a Área Metropolitana do Porto, sendo utilizados diariamente por milhares de pessoas e empresas;
2. Em 2010, a população destes concelhos foi já significativamente afetada com a introdução de portagens nas SCUT;
3. Os pressupostos que levaram à eliminação das taxas de portagem por falta de alternativa rodoviária entre as cidades de Ermesinde e Porto mantêm-se inalterados, significando a reintrodução das mesmas um acréscimo nas vias municipais de cerca de 100 mil carros por dia e sérios prejuízos para a população.
4. Sucede que, a Junta de Freguesia de Ermesinde, já em 2012, chamou a atenção para a desnecessidade de alargamento desta via (único facto que, alegadamente, justifica a reintrodução do pagamento das portagens). Em alternativa a este investimento, seriam eliminadas as taxas de concessão a pagar nos troços da A4 que servem as saídas de Valongo e A41 em Alfena, o que faria com que a população daquelas localidades deixasse de utilizar, como até agora, as saídas de Ermesinde e da Maia, reduzindo em muito o tráfego de veículos.
5. A reintrodução de portagens dependerá sempre de "determinação expressa do Concedente", ou seja, deverá ser o Governo recentemente empossado a tomar essa resolução.
6. Esta decisão de cobrança de portagens tem vindo a ser protelada desde 2008, para natural benefício da população, que agora é surpreendida sem que tenha sido sequer, através dos seus legais representantes, chamada a pronunciar-se sobre esta matéria.

A Junta da Freguesia de Ermesinde delibera Manifestar ao Governo a sua mais veemente oposição à possibilidade da introdução da cobrança de portagens na A4, entre Ermesinde e o Porto, e na A3, entre Águas Santas e o Porto, de modo a proteger os principais interesses da população de Ermesinde, comprometendo-se a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para evitar que essa decisão se concretize;

Enviar cópia desta deliberação ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ao Sr. Ministro da Economia, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal e Assembleia da Freguesia de Ermesinde ✓

Esta Tomada de Posição foi aprovada por unanimidade

A Junta

L. R. M.
J. B. P.
S. S. B.
A. B. M.
J. J. P.
Adilberto Leal
António Sampaio

TOMADA DE POSIÇÃO CONTRA A REINTRODUÇÃO DAS PORTAGENS (A3 e A4)

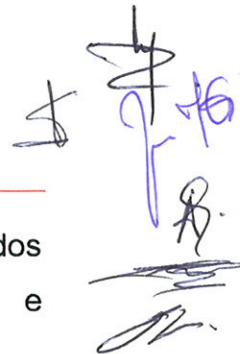
O Bloco de Esquerda manifesta o seu repúdio e indignação face à hipotética reintrodução de portagens nos troços da A3 (entre Águas Santas e a Maia) e A4 (entre Águas Santas e Ermesinde), mencionada em notícias recentes. Consta que o anterior e pouco saudoso governo PSD/CDS terá negociado com a empresa *Infraestruturas de Portugal*, uma medida que renderia a esta empresa cerca de 15 milhões de euros por ano, desferindo mais um golpe despropositado na população.

Num momento em que toda a população continua sufocada pelo lastro do austeritarismo desmesurado, a reintrodução de portagens nas A3 e A4 torna-se uma decisão autista e inaceitável, contrária ao compromisso político de vincular esta medida à construção/requalificação de vias rodoviárias alternativas.

Importa lembrar que o argumento de que antigas estradas nacionais e municipais se perfilam como opção alternativa é, per si, mais uma hipocrisia política. Qualquer medida que introduza mais tráfego nas atuais estradas nacionais ou municipais agrava não só o quadro da sinistralidade rodoviária regional e segurança dos pões como contribui com enormes custos sociais, através do caos que se instalará por via do congestionamento de tráfego e muitas horas de perda de tempo, para além das implicações ambientais como a poluição nos centros habitacionais, que daí advirá.

Salienta-se que os próprios transportes públicos que servem os cerca de 50 mil habitantes de Ermesinde, encontram-se em estado de ruptura pela sobrelotação que apresentam em hora de ponta, pelo que a única alternativa é recorrer a transportes próprios.

Relembramos que a exiguidade de oferta de trabalho na freguesia e no concelho obriga à necessidade de deslocação diária para outras terras onde se desenvolvam as tarefas laborais.

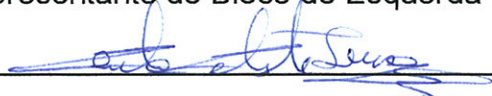


Ora a ausência de alternativas reais e credíveis na mobilidade dos ermesindenses aumentará significativamente os custos de deslocação e repercutir-se-á negativamente em toda a actividade da região.

Pelo exposto sugerimos que:

- 1 - a mobilidade das populações seja devidamente analisada e reflectida em sede da AMP (Área Metropolitana do Porto) articulando os transportes colectivos, estratégias de mobilidade suave e transportes próprios;
- 2 - seja efectuada uma forte pressão junto das autoridades competentes, nomeadamente do ministério do Planeamento e das Infra-estruturas, para travar a intenção de portajar os troços da A3 e A4 (entre Águas Santas/Maia e Águas Santas/Ermesinde)
- 3 – se apele à mobilização da população ermesindense na contestação a esta medida.

A representante do Bloco de Esquerda

 , em 10/12/2015

(Carla Celeste Sousa)

Portagens em Ermesinde.

Os eleitos pelo Partido Socialista manifestam-se absolutamente contra a reativação das portagens nas saídas da A3 na Maia e na A4 em Ermesinde, por esta medida ser manifestamente nociva para a população e empresas do concelho de Valongo.

Para além das dificuldades em chegar ao Porto e a Ermesinde há a referir o desgaste das estradas para onde seriam desviados parte dos 140 mil veículos que ali circulam, com a impossibilidade dos municípios em as manter em perfeito estado de utilização uma vez que as mesmas não foram construídas para suportar tal volume de trânsito e, ainda, as ilhas portajadas em que se transformariam os concelhos da Maia e Valongo, com o qual discordamos completamente.

Não podemos esquecer que estas portagens, instaladas num governo de que foi primeiro-ministro Cavaco e Silva, foram abolidas em 1995, pelo, então, primeiro-ministro António Guterres, após encontros com autarcas e dirigentes do Partido Socialista de que se destaca o ex-deputado Afonso Lobão. Esta decisão teve como razão fundamental o facto de não haver alternativa para a chegada ao Porto, a não ser que a mesma se fizesse pela Rua D. Afonso Henriques, na altura em completo estado de degradação e obras, ou então por Baguim-Rio Tinto. Decidiu o governo, da altura, que enquanto não construísssem uma via alternativa a abolição seria mantida.

Em 2008, no governo de José Sócrates, elaborou-se um contrato de concessão com a Brisa, onde se previa a instalação de portagens nas saídas acima referidas. As verbas cobradas pela empresa seriam entregues à atual Infraestruturas de Portugal.

A 13 de Outubro de 2011, afirmava o Jornal Público que o governo de Pedro Passos Coelho planeava cobrar portagens nas saídas da A3, A4, e sublaços Sacavém Alverca e Ponte 25 de Abril Fogueteiro.

Nessa altura, a Secretaria de Estado das Obras Públicas informou que nenhuma decisão tinha sido tomada, estando colocadas em cima da mesa várias hipóteses com o objetivo de financiar a então Estradas de Portugal.

Concluindo. Nem os governos de José Sócrates nem o governo de Passos Coelho avalizou estas medidas.

Sem mais delongas diremos que tudo foi mantido até agora e segundo os dirigentes nacionais do Partido Socialista será mantido no futuro.

Os dirigentes do Partido Socialista afirmam que o governo vai cumprir o programa que apresentou à população em campanha eleitoral. Logo, o governo do Partido Socialista não vai introduzir novas portagens.

Anexo #